

Gazotto, Mireille Alves; Giometti, Analúcia Bueno dos Reis. Assistência estudantil no cenário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. *GeoGraphos*. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de junio de 2016, vol. 7, nº 87 (10), 11 p. [ISSN: 2173-1276] [DL: A 371-2013] [DOI: 10.14198/GEOGRA2016.7.87(10)].



<http://web.ua.es/revista-geographos-giecryal>

Vol. 7. Nº 87 (10)

Año 2016

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CENÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – UFTM

Mireille Alves Gazotto

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da FCHS – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP – Câmpus de Franca/SP
mireilleservicosocial@hotmail.com

Analúcia Bueno dos Reis Giometti

Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da FCHS – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP – Câmpus de Franca/SP
analuciagiometti@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo foi organizado por meio da dissertação de mestrado cujo tema se concentra em é “Políticas Públicas Educacionais: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM”. O interesse pela temática vincula-se às políticas públicas educacionais tendo como objeto de estudo a sua implementação. O objetivo é demonstrar as formas como se dá a implementação da política de assistência estudantil e seus condicionantes políticos e sociais. O referencial teórico está pautado na teoria social crítica que busca a apreensão do processo histórico das relações sociais, repercutindo nas políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Educação, Assistência Estudantil, Serviço Social.

ESTUDIANTE ASISTENCIA EN PAISAJE DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL TRIÁNGULO MINEIRO – UFTM

RESUMEN

Este artículo se organiza a través de la tesis de maestría se centra en el tema es "Educación Política Pública: un análisis de la Política Nacional de Asistencia al Estudiante en el contexto de la Universidad Federal de Triangulo Mineiro - UFTM". El interés en el tema se vincula con las políticas públicas educativas que tienen como objeto de estudio la implementación. El objetivo es demostrar las maneras de cómo es la aplicación de la política de asistencia de los estudiantes y sus condiciones políticas y sociales. El marco de referencia teórico se basa en la teoría social crítica que busca la detención del proceso histórico de las relaciones sociales, lo que refleja en las políticas educativas.

Palabras clave: Educación, Asistencia al Estudiante, Servicio Social.

ASSISTANCE STUDENT IN SCENERY OF UNIVERSITY FEDERAL TRIANGULO MINEIRO – UFTM

ABSTRACT

This article was organized through the Master's thesis focuses on the theme is "Public Policy Education: an analysis of the National Policy on Student Assistance in the context of the Federal University of Triangulo Mineiro - UFTM". Interest in the issue is linked to the educational public policies having as object of study implementation. The goal is to demonstrate the ways how is the implementation of student assistance policy and its political and social conditions. The theoretical reference framework is based on critical social theory that seeks the arrest of the historical process of social relations, reflecting on educational policies.

Keywords: Education, Student Assistance, Social Work.

INTRODUÇÃO

Este artigo fundamentou-se na dissertação de mestrado apresentada à pós-graduação de Serviço Social na Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP), campus de Franca-SP, a qual teve como tema de estudo as “POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: uma análise da Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM”.

Seu enfoque foi analisar a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto 7.234, de 19/07/2010, e identificar as condições de acesso e permanência dos discentes atendidos na ProACE, Unidade de Serviço Social. Tratou-se, portanto, da análise da implantação e desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Estudantil (Decreto 9.234/2010), instituída através do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), Decreto 6.096/2007.

Tem-se, em vista disso, que a assistência estudantil é uma forma de concretização das Políticas Públicas, em nível federal, que diz respeito à permanência e conclusão de cursos de graduação, particularmente dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

“(…) um conjunto complexo e multifacetado de fatores emergentes do contexto, devido à ausência ou precarização de recursos materiais capazes de garantir a sobrevivência (variáveis de exclusão social que impedem que grande parte da população satisfaça suas necessidades). Isso implica a aquisição de recursos simbólicos e materiais capazes de contribuir para o acesso a bens e serviços e de alguma mobilidade social” (MONTEIRO, 2011, p. 33).

Nesse contexto, foram analisadas a área da assistência estudantil, as relações sociais que interferem na forma de acesso, permanência e conclusão dos alunos ingressantes oriundos da classe social em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que pode ser constatado em discussões permanentes nos Fóruns Regionais e Nacional de Pró-Reitores das Universidades Federais (FONAPRACE).

Este artigo, então, aborda questões contemporâneas da implementação das políticas públicas educacionais, bem como a permanência dos estudantes nas universidades federais, no caso, UFTM, por meio do resultado final da apreensão dos dados empíricos coletados divididos de acordo com as grandes áreas de conhecimento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, lembrando que, ao realizar a pesquisa de campo, os sujeitos de pesquisa, de acordo com a Resolução 196/96, pesquisa que envolve seres humanos, foram contatados e deram seu livre consentimento para o uso de tal método, resguardando eticamente seu direito de escolha.

Essas escolhas foram feitas por tratar-se de um tema novo, o qual está sendo amplamente divulgado pelo Governo Federal para com os investimentos na área da educação, no nível de graduação nas universidades federais. Desta forma, é um tema instigante que nos faz refletir as intenções deste governo, com as políticas educacionais afirmativas, ao fazer um paralelo com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o processo de trabalho do assistente social, para atender a demanda que se instaura nas universidades federais, no caso desta pesquisa, na

UFTM: estudantes de graduação em sistema presencial que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

“(…) deve ser compreendido como uma construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve, valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade. O sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização bem como das ações políticas coerentes com seu compromisso e iluminadas pelas mesmas análises” (REIS, 2005, p. 419).

Em linhas gerais, as novas demandas que se instauram na área educacional nos fazem refletir através do novo agir profissional do assistente social em busca da materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social, a necessidade, na contemporaneidade, de se capacitar para a veiculação e efetivação dos direitos dos cidadãos frente às suas demandas e respectivas expressões da questão social.

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade, requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação. (...) É nessa perspectiva que se inquire a realidade buscando, pelo seu deciframento, o desenvolvimento de um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, Na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos ético-políticos com os interesses coletivos da população usuária (IAMAMOTO, 2005, p. 19-20).

Assim, ao observar a realidade na UFTM a partir da implantação da Política Nacional Estudantil – PNAES, somada com a Reestruturação das Universidades Federais – REUNI pode-se conhecer as condições dos discentes de graduação em sistema presencial na UFTM oriundos nas iniciativas educacionais de 2008 a 2012 e a influência na sua perspectiva de vida.

METODOLOGIA

Neste artigo, elencou-se o trabalho da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE), na Unidade de Serviço Social, no concernente ao programa de auxílios que prioriza o atendimento a discentes de cursos presenciais de graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que pode se dar em processos que busquem a efetivação dos direitos sócio-políticos, econômicos e culturais, ou a permanência do “*status quo*”, ou seja, formas assistencialistas e paternalistas dos discentes que utilizam serviços prestados no âmbito da assistência estudantil.

Para a exposição dos dados de pesquisa concluídos na dissertação de mestrado referendada para a construção deste artigo, utilizou-se como referencial teórico, uma análise na teoria social crítica buscando a visão de mundo mais concreta. Dito em outras palavras, uma teoria que demonstrou a natureza da história e suas relações sociais em sociedades determinadas/condicionadas possibilitando pesquisas no campo sócio-histórico que podem ser efetivamente viabilizadas.

A metodologia permitiu o desenvolvimento da pesquisa dando clareza ao trabalho e as respectivas considerações finais. De acordo com os métodos de pesquisa utilizados, a pesquisa bibliográfica, dada a sua natureza de consultas a fontes diversas, garantiu fundamentação teórica.

A pesquisa documental, como fonte geradora central dos desdobramentos teóricos por meio das informações documentais já existentes, forneceu dados necessários para coleta e análise das informações.

Essas informações foram fundamentadas em documentos e dados referentes à gestão dos auxílios na ProACE, bem como no regimento interno da UFTM, no que tange a assistência estudantil, atendimentos e outros documentos pertinentes ao assunto.

A pesquisa de campo permitiu estudar os procedimentos de análise dessa política no campo da práxis, ao fazer a relação entre a teoria e a prática em constante busca da apreensão da realidade, por meio da análise dos dados empíricos apreendidos com a fundamentação teórica desenvolvida por autores no campo da teoria social crítica.

Na apreensão dos dados empíricos, utilizou-se o caderno de campo em que foram anotadas observações pertinentes ao assunto, permitindo, segundo Ruiz (2002, p. 50), “[...] o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições – variáveis independentes – e determinados eventos – variáveis dependentes, observadas e comprovadas.” Então, confrontaram-se os dados obtidos com a análise dos questionários e pela pesquisa de satisfação respondidos pelos alunos envolvidos, pelas anotações do caderno de campo, documentos internos da UFTM e da ProACE.

A pesquisa quanti-qualitativa possibilitou a veracidade da comparação dos dados empíricos apreendidos na realidade pesquisada. A pesquisa quanti-qualitativa, de acordo com Goldenberg (2005) permitiu fazer:

“(...) um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos.

A maior parte dos pesquisadores em ciências sociais admite, atualmente, que não há uma única técnica, um único meio válido de coletar os dados em todas as pesquisas. Acreditam que há uma interdependência entre os aspectos quantificáveis e a vivência da realidade objetiva no cotidiano” (GOLDENBERG, 2005, p. 62).

O universo de pesquisa foi constituído por 100 alunos atendidos com o(s) auxílio(s) na ProACE/UFTM, de 2008¹ a 2012. Deste universo, 66% dos alunos devolveram os questionários respondidos para mensuração dos dados coletados.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, para qual os sujeitos deram livre consentimento para uso de tal método. Foi eticamente resguardado seu direito de escolha.

Neste sentido, este trabalho aborda questões contemporâneas da implementação das políticas públicas educacionais e permanência dos estudantes nas universidades federais, no caso, UFTM.

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM DADOS

De acordo com a devolutiva de 64 questionários, constatou-se que 25 são dos cursos noturnos (Licenciatura em Ciências Biológicas, Química, Física e Matemática, Geografia, Letras/Português/Espanhol Bacharelado em Serviço Social) e 39 são dos cursos diurnos (Bacharelado em Psicologia, Engenharia Química, Engenharia Ambiental, Engenharia Alimentos, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica, Enfermagem, Educação Física, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Medicina).

Conforme as grandes áreas do conhecimento estabelecidas pela CAPES e distribuídos os cursos existentes na UFTM, tem-se nesta coleta parcial dos dados, 05 alunos(as) das Ciências Biológicas (Ciências Biológicas); 06 alunos(as) das Ciências Exatas da Terra (Licenciatura em Química, Física e Matemática); 06 alunos(as) das Ciências Humanas (Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Psicologia); 08 alunos(as) das Ciências Sociais Aplicadas (Bacharelado em Serviço Social); 09 alunos(as) são das Engenharias (Engenharia química, Engenharia ambiental, Engenharia alimentos, Engenharia civil e Engenharia elétrica); 01 aluno(a) de Linguística, Letras e Artes (Licenciatura em Letras/Português/Espanhol); e 29 alunos(as) da Saúde (Enfermagem, Educação Física, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Medicina).

Destes, 42 são do sexo feminino e 22 são do sexo masculino. Nas Ciências Biológicas há 03 estudantes do sexo feminino e 02 do sexo masculino, com total de 05 alunos(as); nas Ciências Exatas e da Terra há 04 alunas e 02 alunos, totalizando 06 alunos(as); nas Ciências Humanas há 02 alunas e 04 alunos, com total de 06 alunos(as); nas Ciências Sociais Aplicadas são 08 alunas; nas Engenharias são 03 alunas e 06 alunos, totalizando 09 alunos(as); na Linguística, Letras e Artes tem-se 01 aluna; e na Saúde são 21 alunas e 08 alunos, totalizando 29 alunos(as).

Quanto a idade, a mínima entre as idades são 18 anos e a máxima são 39 anos. Destes, há uma média de 22 anos entre os alunos(as) das áreas de conhecimento, tendo maior frequência a idade de 21 anos.

¹ Não foi possível coletar dados suficientes dos alunos que iniciaram seus auxílios no ano de 2008, pois os mesmos já haviam formado, trancado ou cancelado seu curso na UFTM quando foi realizado a pesquisa de campo no final do ano de 2012.

De acordo com o espaço de tempo escolhido para analisar os dados de pesquisa, ou seja, os alunos atendidos de 2008 a 2012 com o(s) auxílio(os), 10 estão no segundo período, 05 no terceiro período, 15 no quarto período, 04 no quinto período, 15 no sexto período, 09 no sétimo período e 06 no oitavo período.

A respeito da etnia declarada no questionário, 01 discente declarou etnia amarela, 39 declararam etnia branca, 16 declararam etnia parda, 06 declararam etnia preta e 02 escolheram etnia não declarada. Observa-se que a etnia branca declarada prevalece neste universo de pesquisa.

Prosseguindo com os dados parciais, observa-se que 18 alunos (as) são atendidos(as) com o auxílio alimentação, 15 com os auxílios alimentação/moradia, 09 com os auxílios alimentação/moradia/transporte urbano e 22 com os auxílios alimentação/transporte urbano.

Para pleitear o(s) auxílio(s), o aluno deve estar regularmente matriculado e frequentando os cursos presenciais de graduação da UFTM e precisa comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica e ser classificado nas classes E, D ou C. Desta forma, o aluno(a) deve participar em sessão de orientação coletiva com assistentes sociais, preencher no sítio da UFTM o Formulário de Avaliação socioeconômica, entregar a documentação comprobatória que subsidie a Avaliação Socioeconômica e agendar entrevista com os profissionais do Setor de Serviço Social. Assim há entrevista individual, visitas domiciliares e, após o deferimento do(s) auxílio(s) os estudantes assinam o Termo de Compromisso. Diante deste quadro, 19 aluno(as) são da classe C, 33 são da classe D e 12 são da classe E.

Quanto a formação, foi perguntado aos discentes, através do questionário, em qual instituição ele(a) cursou a maior do ensino fundamental e médio. Dos 64 questionários, 58 discentes estudaram na Rede Pública, 02 estudaram na Rede Particular com bolsa integral e 01 estudou na Rede Particular sem bolsa.

Referente a condição de moradia em Uberaba-MG, do total de respostas, 24 moram com a família; 03 possuem outra condição de moradia, tendo como exemplo casa cedida; 03 residem com parentes/amigos; 04 moram em pensão/pensionato; 27 residem em república; e 03 moram sozinho.

Para a categoria situação civil dos pais, 43 alunos responderam que seus pais são casados/união estável; 02 responderam que o pai é desconhecido; 02 possuem pai e mãe falecidos; 01 possui pai falecido; 14 responderam que seus pais são separados/divorciados; e 02 responderam que seus pais são separados/divorciados com pai falecido.

Para demonstrar os dados parciais foram tabuladas as perguntas abertas para obter um conhecimento prévio e análise futura dos dados no campo qualitativo. Assim, quanto ao primeira pergunta aberta, “Você tem conhecimento da Política Nacional de Assistência Estudantil na UFTM?”, 45 discentes responderam que sim; 05 responderam que não, 01 respondeu que conhece o estatuto da UFTM; 01 conhece os auxílios; 07 possuem conhecimento básico; 02 já ouviram falar. 01 não totalmente; 01 não, mas sabe que existe; e 01 nunca leu nada.

Para a segunda pergunta, “Como você identifica os auxílios alimentação/transporte/moradia na sua vida acadêmica? Por quê?”, 05 responderam que ajuda bastante; 01 considera como ajuda de custo; 01 considera como ajuda econômica e facilita a vida acadêmica; 01 ajuda na

permanência; 01 ajuda na vida acadêmica; 01 ajuda a manter na faculdade; 02 consideram como apoio na vida acadêmica; 01 considera os auxílios complementares; 02 considera como contribuição para a permanência; 06 consideram os auxílios essenciais; 01 considera essencial e importante; 11 consideram de extrema importância; 01 relatou que facilitou o cotidiano acadêmico; 01 considera como fator determinante; e 01 considera os auxílios como fundamental.

Para a terceira questão “Você se vê sujeito de direitos perante as políticas de assistência estudantil na UFTM?”, 01 estudante não contemplou a pergunta; 01 estudante respondeu que “às vezes sim, às vezes não”; 02 estudantes responderam “claro”; 02 responderam “com certeza”; 01 respondeu que está “satisfeito”; 54 responderam que “sim”; e 03 responderam que “todos os alunos são”.

Constatou-se com estes dados analisados que, na realidade contemporânea, vivencia-se um processo de expansão do ensino superior público no qual a demanda discente elevou-se de forma significativa e alunos advindos da rede pública de ensino adentram no âmbito universitário com defasagem considerável de ensino, lazer, cultura, resultante da relação direta com a situação socioeconômica. Assim, há um atraso no ensino-aprendizagem neste setor, gerado por diversos condicionantes sócio-histórico, político-econômico e cultural.

Junto aos fatores agregados, soma-se a precarização das políticas públicas vivenciadas no contexto brasileiro contemporâneo – moradia, saúde, habitação, saneamento, dentre outras – conforme preconizado pelo Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais.

Portanto, percebe-se que, o momento vivenciado com a implementação de políticas públicas educacionais, para instituições de ensino público federal, bem como reais interesses do governo em investir nesse setor, confronta-se com a totalidade das relações sociais. As questões apreendidas no interior da UFTM, demonstram que os objetivos do REUNI e da PNAES vão além do que o programa propõe, são questões estruturais que devem ser repensadas não apenas no nível superior de ensino, mas nas políticas educacionais emancipatórias no nível fundamental e médio.

Dessa maneira, inserido no contexto, encontra-se a Unidade de Serviço Social, denominada “carro chefe” dessa política. A unidade executa os processos de trabalho referentes à implementação dessa política educacional ao realizar o atendimento da classe discente que busca os auxílios para permanência e conclusão nos cursos de graduação em sistema presencial. Ao analisar os dados, foi possível perceber a importância desse espaço de trabalho e a necessidade de uma educação continuada demonstrando que é um campo de possibilidades para a busca e efetivação de direitos.

Para o Serviço Social da ProACE, perante esta realidade e o seu percurso de formação histórica na UFTM, com a efetivação do programa de auxílios na área de assistência estudantil, a educação, considerada como direito constituído em lei federal, de responsabilidade do Estado deve ser disponibilizada com qualidade, de forma pública e com gratuidade, tendo todos o direito ao acesso à educação.

O assistente social então trabalha, no âmbito IFES, com as políticas públicas educacionais buscando a garantia do acesso e da permanências dos discentes. Para isso, ficou constatado que executa seus processos de trabalho fundamentado nas leis pertinentes a sua profissão e

nas leis educacionais governamentais, como a LDB/96, o REUNI, a PNAES e documentos institucionais locais pertinentes a área da assistência estudantil.

A análise dos dados de pesquisa chamou a atenção quanto ao conhecimento deste discente no que se refere a Política Nacional de Assistência Estudantil. Os mesmos dizem conhecer, mas ao comparar este questionamento com a pesquisa de satisfação ficou constatado que estes discentes conhecem apenas o programa de auxílios, buscando informações através do site da UFTM e por informações dos amigos. O desafio aqui se faz presente com a veiculação de informações quanto a PNAES e formas de organização desta classe discente para a formação de cidadãos que possam contribuir para a construção de uma educação coletiva e de equidade.

Quanto ao questionamento para melhorar a qualidade dos serviços prestados na ProACE, o desafio é deixar de trabalhar com mínimos sociais, ou seja, buscar processos de trabalho que visem a ampliação dos auxílios e aumentar a inclusão de discentes neste programa.

Assim, as conclusões e desafios aqui apresentados é apenas uma parte do que está posto no cotidiano da assistência estudantil da UFTM, pois apresentamos apenas parte com uma amostragem de pesquisa.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi demonstrar os dados da pesquisa e a possibilidade da práxis. Para isso, através da pesquisa, com estes dados empíricos, foi possível analisar como está se dando o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior. Além deste acesso, as formas de implementação desta Política e o processo de trabalho do Serviço Social na área da educação superior fundamentado nas leis vigentes.

Assim, de acordo com as competências e atribuições o assistente social, possui capacidade teórico-metodológica, prático-operativa e ético-política para propor diretrizes, planejar, orientar e coordenar ações referentes a educação desenvolvendo um trabalho de universalização de acesso aos bens, programas e serviços da instituição buscando a efetivação das leis educacionais de nível superior.

A pesquisa demonstrada neste artigo constatou que a assistência estudantil ainda necessita caminhar para a concretização de uma política educacional voltada para a formação humana e com princípios éticos. O que está demonstrado é que a assistência estudantil na UFTM contribui para a permanência dos discentes atendidos no programa de auxílios, estando a sua maioria satisfeita com os auxílios recebidos, considerando essencial para a continuidade da vida acadêmica.

Pode-se verificar pelas preocupações financeiras em que os pais não conseguem manter seus filhos na UFTM, sendo importante o auxílio moradia para os discentes que deixam sua família em outras cidades ou estados para vir estudar na UFTM e não conseguem se manter em Uberaba. O auxílio alimentação que contribui para a qualidade de vida, quando o discente consegue manter uma alimentação mais saudável. O auxílio transporte para os discentes que residem distante dos campus da UFTM ou dos locais que estão realizando estágios curriculares obrigatório não remunerado. A oportunidade dos discentes atendidos não

somente com o auxílio permanência, mas com o(s) outro(s) auxílio(os) poderem migrar para os projetos de extensão existentes na UFTM.

Apesar destas contribuições que ajudam na permanência destes estudantes, há também pontos que necessitam avançar como os constantes atrasos no pagamento destes auxílios, a necessidade de ampliar o conhecimento da classe discente da PNAES e os direitos conquistados no processo histórico da educação para a formação de uma cultura estudantil que saiba reivindicar e construir um diálogo para a construção de cidadãos críticos, criativos e propositivos. Ressalta-se também os estudantes que possam ser sujeitos de direitos não pela condição financeira, mas pelo processo de construção de sua história coletiva que pode se dar pela educação a qual possibilita a formação de sujeito ético e político.

Esse fato demonstra que a assistência estudantil configura-se como fator de inclusão das camadas populares nas instituições públicas federais com o acesso, a permanência nos cursos de graduação em sistema presencial demonstrando a educação, apesar do que ainda precisa ser alcançado, como fator de democratização, como espaço de luta de direitos constituído, as IFES, como espaço de direito público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. [22 de maio de 2012].

_____. Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr. 2007. p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. [4 de janeiro de 2011].

_____. Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2010. p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. [4 de janeiro 2011].

_____. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 dez. 1993. P.18769. Disponível em: <<http://www.rebidia.org.br/noticias/social/loas.html>>. [23 agosto de 2013].

FONAPRACE: Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: Ed. UFU/ PROEX, 2012. Disponível em: <http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Brazil/Brazil_PDE_Por.pdf>. [9 de setembro de 2013].

FONAPRACE. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília, DF: TC Gráfica e Editora, 2011. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp->

content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. [10 de janeiro de 2012].

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 556 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTEIRO, Simone da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, jul-dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695/619>>. [1 de abril 2014]. ISSN: 2317-0204.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Notas sobre o projeto Ético-Político do Serviço Social**: coletânea de leis. 4. ed. Belo Horizonte: CRESS, 2006.

UFTM. **Documento de repactuação do Reuni**. Análise do Plano Reuni da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2008-2012) e subsídios para a proposta de repactuação. 2008-2012. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/comissaodiscenteuftm/anlise-plano-Reuni-uftm-2008-a-2012verso-final11>>. [17 de dezembro de 2013].

_____. **Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro** – UFTM. 2012-2016. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/upload/REUNI/Programa%20REUNI%20da%20UFTM.pdf>>. [24 de janeiro de 2012].

© Copyright Mireille Alves Gazotto, Analúcia Bueno dos Reis Giometti y Revista *GeoGraphos*, 2016. Este artículo se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional.



GIECRYAL
GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE
ESTUDIOS CRÍTICOS Y DE AMÉRICA LATINA